

Dependência e Democracia no debate entre Cardoso e Marini.

Prado Vargas Tatiana.

Cita:

Prado Vargas Tatiana (2010). *Dependência e Democracia no debate entre Cardoso e Marini*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/217>

Dependência e Democracia no debate entre Cardoso e Marini

Tatiana Prado Vargas* - UNICAMP (tatipvargas@yahoo.com.br)

Área Temática: Política Comparada - Processos Políticos na América Latina

Resumo: O presente artigo tem por objetivo evidenciar o processo de construção intelectual dos temas da *dependência* e da *democracia* no interior da obra de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Partindo da polêmica que nasce entre esses autores - consubstanciada em artigos teórico-políticos que atravessam a década de 70 -, trataremos de expor como, na busca pela definição dos padrões de constituição do capitalismo dependente latino-americano, e brasileiro em particular, surgem perspectivas tão distintas de uma mesma relação, qual seja, aquela entre os países de origem colonial, dependente, e os países centrais, desenvolvidos.

1- Introdução

O debate intelectual e político ao longo dos anos 1960 e 1970 na América Latina esteve fortemente marcado pela temática da “dependência” e pelos impactos que a inserção subordinada dos países periféricos na economia mundial trouxe para suas distintas configurações nacionais. Neste período, foram diversas as reflexões que surgiram para (re)pensar os desafios e dilemas do desenvolvimento latino-americano, especialmente quando se tinha em vista que o processo de “modernização” econômica das sociedades dependentes não havia resolvido os problemas sociais típicos dessas sociedades, assoladas pela miséria de grande parte de suas populações e pela extrema concentração da renda, do poder político e do prestígio social (FERNANDES, 2006).

No âmbito do pensamento político-social brasileiro, os dilemas históricos então vivenciados refletiram-se num reordenamento das chamadas ciências humanas. Era este um momento de acerto de contas com o pensamento social dominante nas décadas de 1950 e 1960, abertamente marcado pela perspectiva nacional-desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os estudos realizados no interior destas instituições foram alvos diretos de uma série de pesquisas realizadas ao longo dos anos 1960 e 1970, que tinham como objetivo a desconstrução da interpretação segundo a qual seria possível, a partir do avanço do capitalismo industrial na América Latina, superar a condição de dependência e subdesenvolvimento. No plano político-partidário o embate ocorreu com a perspectiva nacional-desenvolvimentista adotada nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual havia oficializado o programa ditado pela Terceira Internacional Comunista mediante a defesa de uma aliança de trabalhadores da cidade e do campo com uma suposta “burguesia nacional” para a realização da revolução brasileira.

As denominadas “teorias da dependência”, surgidas em finais da década de 1960 e inícios de 1970, constituíram parte importante dessa inflexão no pensamento brasileiro e latino-americano em torno das vicissitudes e alternativas do “capitalismo dependente”. Em claro confronto com as interpretações nacional-desenvolvimentistas, esses estudos intentaram lançar mão de novos instrumentos interpretativos da nossa realidade.

* Mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Trabalho apresentado no âmbito do V Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28-30 de julho de 2010.

Partindo de um cenário histórico marcado pela ocorrência de golpes políticos militares por toda a América Latina e pela instauração de governos assentados no uso aberto e sistemático da violência, o debate em torno da dependência também se caracterizou por uma grande preocupação com a compreensão do caráter destes regimes e com as possibilidades políticas para sua superação. Percebemos assim uma relação estreita entre os diagnósticos acerca do caráter da dependência latino-americana e o debate político acerca da democratização dessas sociedades.

Neste processo, estabeleceu-se uma importante polêmica no interior do pensamento social brasileiro entre o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o economista Ruy Mauro Marini, revelando a existência de distintas abordagens teóricas e políticas para a definição dos padrões do capitalismo dependente que aqui se constituía. Partindo do conceito de dependência, estes intelectuais estabeleceram visões antagônicas em relação às possibilidades de desenvolvimento econômico e político para as sociedades dependentes latino-americanas. Na presente comunicação exporemos brevemente alguns aspectos deste debate, apontando algumas críticas preliminares construídas a partir da monografia apresentada para a conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e desenvolvidas no primeiro ano de nossa pesquisa de mestrado.

2- A perspectiva do desenvolvimento dependente em Cardoso

2.1 - A retomada de Marx

A profunda crise social que assolou a América Latina a partir da nova conformação das forças mundiais pós-II Guerra Mundial provocou uma rearticulação de todo o pensamento social latino-americano. As transformações decorrentes do avanço imperialista e a radicalização das lutas políticas que despontavam pela América Latina formavam um cenário histórico que não só exigia a construção de amplos esforços interpretativos, mas também a colocação de respostas políticas concretas. Posicionar o Brasil, nação periférica, no universo do capitalismo imperialista conduziu uma série de pensadores a reinterpretar o percurso histórico do país, na busca por estabelecer os novos caminhos e possibilidades que se colocavam para seu desenvolvimento.

É neste contexto que surgiu uma série de intelectuais preocupados em compreender a relação que se edificava entre as nações periféricas e as potências imperialistas nessa nova fase de organização do capitalismo. Apesar da temática comum, esses intelectuais tinham origens acadêmicas e extra-acadêmicas, expressando em suas formulações teóricas as implicações de um debate que permeava espaços políticos bastante particulares.

No interior da academia, essa rearticulação do pensamento social emergiu a partir de uma retomada do pensamento de Marx que, no caso de Cardoso, remontava exatamente ao chamado “Seminário de Marx”, sugerido por José Arthur Giannotti a um grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) com o propósito de estudar *O Capital*. O “seminário” propunha uma releitura da obra marxiana de maturidade, com o intuito de dela extrair um *padrão epistemológico* que permitisse a compreensão dos *mecanismos econômicos* de uma realidade impactada por profundas transformações sociais. Tratava-se de um esforço para a elaboração de um padrão metodológico comprometido com a idéia de “atualizar” o marxismo, afastando-se do pensamento de esquerda desenvolvido por ideólogos do PCB, o mais influente partido de esquerda na década de 1960.

Como aponta Rago Filho (2005), o “marxismo adstringido” desse segmento da *intelligentsia* brasileira organizada nos “seminários” perfilou uma “versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática (...) da *emancipação humana*” (RAGO FILHO, 2005, p.2). Era a partir da vanguarda acadêmica constituída nos “seminários” que se tornou possível a construção de um universo teórico e metodológico comum, a partir do qual foi elaborado um contraponto tanto às concepções marxistas presentes no PCB, quanto às formulações inauguradas por Caio Prado Jr. e também por Florestan Fernandes[†].

Tratava-se de uma empreitada teórica, como apontou Emir Sader (2005), que estava de acordo com um importante fenômeno que incidia sobre a produção intelectual brasileira do período, a qual era deslocada do plano público, da sua origem social, para o quadro institucional acadêmico. Este deslocamento seria responsável, segundo Sader, pela redução do alcance que a produção intelectual poderia obter. Em suas palavras:

“Se o pensamento nacionalmente hegemônico – ancorado no Rio de Janeiro [ISEB] – repousava em uma espécie de nação sem classes, em São Paulo, a descoberta de *O Capital* centrava as análises nas classes, mas com ausência de luta de classes – de que as obras de Alain Touraine são bom exemplo – e que tem na própria tese de FHC sobre o empresariado nacional outro bom modelo deste tipo de método castrado de marxismo” (2005, p.174).

Era a partir da proposta interpretativa indicada pelos “Seminários” que o marxismo ia sendo gradativamente incorporado no âmbito da Universidade de São Paulo (USP), refletindo naquela ocasião a tentativa de determinado grupo social – que se encontrava no interior desta universidade - em se colocar enquanto a ponta de lança da renovação do pensamento de esquerda no Brasil.

Amplamente apoiado nas referências metodológicas constituídas pelos “seminários”, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Cardoso e Falleto representou um esforço para a construção de uma nova linha de interpretação do processo histórico brasileiro e latino-americano. Como aponta Reis:

“(...) a posição [de Cardoso] entre os marxistas brasileiros é bem diferenciada. Para ele, o Brasil não tende nem ao fascismo, nem ao subdesenvolvimento crônico, nem à estagnação; o capitalismo nacional é um equívoco de análise, e o socialismo não é vislumbrável ou exequível. Resta a opção do capitalismo dependente com um máximo de democracia política e social a ser conquistada por uma hábil-ágil aliança de sujeitos sociais heterogêneos” (1999, p.247).

2.2 - A construção conceitual da dependência.

[†] É interessante ressaltar as divergências que se constituíram entre os assistentes da Cadeira de Sociologia I e seu catedrático Florestan Fernandes no processo de formação dos “seminários”. Essas divergências, como aponta Sallum Jr. (2002), não podem ser explicadas pelos conflitos gerados pela hierarquia da cátedra, mas se devem a discordâncias no plano intelectual. Em suas palavras: “(...) a primeira manifestação da falta de sintonia entre catedrático e assistentes surgiu, ao que parece, com a criação pelos professores assistentes de um seminário de estudos de *O Capital* e de alguns autores marxistas da época, como Lukács, Sartre e Goldman. (...) O ponto-chave aqui é que Florestan não foi convidado a fazer parte do grupo. Este confessou, mais tarde, ter-se sentido marginalizado pelos discípulos: estes montaram um seminário de âmbito multidisciplinar, agregando gente de várias cátedras, sem pedir-lhe autorização ou orientação” (p.76).

A teoria da dependência, na versão elaborada por Cardoso e Faletto no ano de 1967 inaugurou um movimento analítico marcado pelo esforço de compreender o desenvolvimento dependente a partir dos seus *condicionantes políticos e sociais*. Tratava-se de um embate direto com as concepções da CEPAL, especialmente no decorrer dos anos 1960, quando a recessão econômica dos países da América Latina levou à idéia de que as economias subdesenvolvidas seriam incapazes de “endogeneizar seu crescimento”, o que as conduziria a um aprofundamento da condição de dependência. Contrapondo-se a essa leitura, Cardoso e Faletto lançaram sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, a partir da qual intentaram demonstrar as *possibilidades* do desenvolvimento econômico nos países da América Latina a partir de suas especificidades históricas e estruturais. Segundo esta interpretação, a dinâmica do atraso econômico deveria ser buscada nas fragilidades e potencialidades *internas* do sistema político e social, ao contrário das interpretações que supunham que este atraso era fruto de “condicionantes externos” à nossa economia[‡].

Com isso, era lançado o eixo sobre o qual girariam as análises de Cardoso e Faletto, qual seja, o de interpretação do processo global de desenvolvimento a partir da maneira como este penetra nas economias periféricas, em estreita relação como seus *condicionantes internos*. Sob esta perspectiva, a construção do conceito de dependência deveria dar-se sob uma denominada base “causal-significante”, na qual o elo explicativo fundamental das conexões entre os planos nacional e internacional apareceria na forma específica de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações dependentes. Na busca pela superação das caracterizações centradas nas antinomias “desenvolvimento-subdesenvolvimento” e “centro-periferia”, Cardoso e Faletto introduziriam um terceiro par conceitual: o de “dependência-autonomia”, o qual buscaria estabelecer

“a conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua *manifestação interna*” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p.23, grifos nossos).

Requeria-se uma análise na qual fosse possível compreender os processos econômicos enquanto processos sociais, a partir de um ponto comum capaz de expressar a complexidade da situação de dependência. Esse ponto, diziam os autores, expressaria o núcleo fundamental de significação das situações de subdesenvolvimento e residia na *análise das estruturas de dominação e das formas de estratificação social (tal como dos comportamentos políticos e das orientações valorativas)*, os quais *condicionariam* os tipos de controle e decisões do sistema econômico.

De acordo com esta interpretação o desenvolvimento deveria ser entendido “(...) como o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição,

[‡] Vale lembrar que a interpretação segundo a qual os condicionantes da situação de subdesenvolvimento latino-americana estariam dispostos externamente ao nosso sistema político e social aparecia também com força no âmbito do Partido Comunista Brasileiro. De acordo com essa interpretação, o fenômeno do imperialismo deveria ser compreendido como uma variável externa e combatido por meio de uma aliança política entre as forças sociais internas a cada país (burguesias nacionais + forças populares).

conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.22). De modo que a variedade de orientações das classes e grupos sociais nos diferentes países – e seus também distintos interesses materiais – possibilitaria o alcance de rumos diferentes ao processo de desenvolvimento.

O conceito de dependência, desse ponto de vista, seria impassível de generalização, na medida em que *variável de acordo com a articulação das classes, grupos sociais e do Estado em situações particulares* (CARDOSO, 1972). Daí que não faria sentido, para Cardoso, a formulação de “leis gerais” do desenvolvimento capitalista dependente, uma vez que a conformação do processo político em cada situação nacional revelaria distintas possibilidades de interação de dependência, podendo apontar para uma maior ou menor subordinação no plano internacional. Nesse sentido, a dinâmica mais geral do mundo capitalista manifestar-se-ia por intermédio “dos modos *singularizados* de sua expressão na ‘periferia do sistema’” (CARDOSO, 1972, p.126, grifos nossos).

Aqui vale ressaltar que, não obstante a consideração feita por Cardoso de que os países latino-americanos compartilhariam a condição de “formações sociais dependentes”, era possível alcançar distintas possibilidades de desenvolvimento de acordo com o processo de articulação entre os grupos e classes sociais no âmbito de cada país. De acordo com esta proposta metodológica, as relações de classe deixariam de ser vistas como reflexo da diferenciação do sistema produtivo, passando a expressar-se muito mais em função das manifestações específicas das *alianças políticas* que se desenvolveram em cada país, o que permitiria diferentes interações e relações de dependência.

Uma análise atenta da interpretação histórica de Cardoso nos mostrou que a centralidade conferida pelo autor às classes sociais referia-se exclusivamente aos esquemas aliancistas que se conformaram no âmbito do “sistema de dominação” em cada momento histórico, ou seja, no interior das “classes no poder”. Daí que sua interpretação histórica do Brasil de 1930 a 1964, por exemplo, tenha sido feita sob a chave da “aliança populista”, a qual a despeito dos avanços econômicos teria impossibilitado a modernização do Estado em vista de seu caráter tradicionalista e patrimonialista.

Com o golpe militar de 1964, a conformação de um novo esquema aliancista modificou completamente a configuração anterior, possibilitando uma “modernização conservadora” do Estado brasileiro. A crise do esquema político nacional-populista sustentado por Vargas abriu caminho para uma nova articulação política e econômica assentada naquilo que Cardoso e Faletto denominaram “abertura dos mercados internos ao controle externo”. Esse novo esquema, baseado numa conjuntura internacional caracterizada pela transferência de capitais do centro para a periferia, possibilitou uma rearticulação da aliança política desenvolvimentista em novos termos: a partir da abertura do nosso mercado ao controle internacional, o que possibilitava a aceleração da industrialização periférica com base nas transferências de capitais, de tecnologia e de organização das empresas cujas matrizes estavam nas economias centrais.

O governo de Juscelino Kubitschek restabeleceu a aliança populista-desenvolvimentista sob um rumo diverso: “a capitalização mediante recursos externos” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.117). Essa inversão do esquema varguista possibilitou, segundo os autores, um aprofundamento do processo de industrialização nas economias periféricas; não obstante, esse crescimento se definiu a partir de uma pauta específica de industrialização, baseada na produção de bens duráveis destinados ao consumo de pequenas parcelas da população. Delineava-se assim:

“(...) uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (*Ibid*, p.124).

À “nova situação de desenvolvimento” correspondia uma alteração no caráter da dependência externa, agora não mais baseada somente no sistema de importações-exportações, mas diretamente vinculada aos *investimentos externos diretos* feitos pelas economias centrais nos mercados nacionais periféricos. Cardoso e Faletto sustentavam que, se por um lado essa “nova dependência” significava uma centralização do poder de decisão nas multinacionais sediadas nas economias desenvolvidas (em relação às decisões de reinvestimento nos mercados internos periféricos e à implantação das suas filiais), por outro ela trazia benefícios à economia dependente, tais como:

- “a) um elevado grau de diversificação da economia;
- b) saída de excedentes relativamente reduzida (para garantir os reinvestimentos (...))
- c) mão-de-obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial;
- d) (...) um mercado interno capaz de absorver a produção” (*Ibid.*, p.127).

Donde seria possível afirmar que *dependência e desenvolvimento não eram excludentes* e que o modelo típico de desenvolvimento “dependente-associado” assentado no tripé “capital externo, capital privado nacional e capital estatal” *criava as condições* para o desenvolvimento e a modernização das economias dependentes. Nesse sentido, o desenvolvimento periférico não era incompatível com a presença do capital monopolista; pelo contrário, à medida que estavam descartadas as demais alternativas (nacionalista, socialista) para o caso brasileiro, esse modelo tornava-se a *única possibilidade* de continuidade do desenvolvimento.

“De fato, *dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento* não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de *desenvolvimento capitalista dependente* nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolista” (CARDOSO, 1972, p.195).

Especificando o “novo caráter da dependência” que se configurou a partir desse momento, Cardoso e Faletto (1975) afirmavam que ela se mantinha em dois sentidos:

“o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da ‘capacidade de importação’ de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de configuração do sistema produtivo (o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno” (p.128).

Em relação ao primeiro ponto, ou seja, a incompletude econômica das economias periféricas no que se refere ao departamento produtor de bens de capital, os autores afirmavam que este era um problema que tenderia a diluir-se, uma vez que nesta fase de

desenvolvimento existiria uma *solidariedade* dos capitais estrangeiros em relação ao reinvestimento nas economias dependentes. Apesar da continuidade da dependência no que se refere às decisões de investimento (que deveriam necessariamente passar pelo exterior), “manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, *solidariza* os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.127, grifos nossos).

Por outro lado, os laços de dependência que se estabeleceram como consequência da “internacionalização dos mercados internos” supunham um *reordenamento das formas de controle social e político* das sociedades dependentes, à medida que a transferência de capitais externos, e com eles das técnicas e da organização produtiva modernas, implicavam um “novo eixo de ordenamento” da economia e da política nacionais. A partir da abertura dos mercados internos às empresas multinacionais, novas condições de negociação se colocavam, possibilitando tanto uma maior participação nos lucros por parte do Estado e das burguesias locais, quanto um maior acesso do setor externo no controle das decisões econômicas.

Com isso, tornava-se necessária a edificação de um esquema político capaz de articular “um adequado sistema de relações entre os grupos que controlam tais setores econômicos; esse sistema necessita uma expressão política que possibilite a ação dos distintos grupos que abrange” (*Ibid.*, p.130).

Se o esquema político armado no período do governo Juscelino Kubitschek era frágil no que se refere a essa função, sobretudo porque “as bases sociais e políticas sob que assentava o regime populista (...) começavam a deixar de corresponder, em forma variável, aos setores de classe que controlavam as forças produtivas” (CARDOSO, 1972, p.54), a correlação de forças criada a partir do golpe militar de 1964 adequava-se perfeitamente às condições de acolhimento ao capital monopolista pelas economias dependentes. Isso porque a ditadura militar, tratada por Cardoso como uma articulação de poder “autoritário-corporativo” possibilitou:

“(...) a *formação de um mercado supranacional* que resolvia os problemas (...) de mercado das sociedades em que a participação no consumo era restringida; *reorganização autoritário-corporativa do regime político* em busca da estabilidade política em sociedades ‘de massa’, mas onde o sistema político não captava a participação popular; *acumulação e maior concentração de capitais* em uma estrutura de rendas já concentradas” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.138, grifos nossos).

A intervenção militar de 1964, neste sentido, tratou de reordenar o esquema político de sustentação do desenvolvimento associado brasileiro iniciado no período de Juscelino Kubitschek, concretizando em termos políticos e econômicos a integração do país à ordem mundial do capital monopolista.

Politicamente, afirmava Cardoso, o novo modelo inaugurado pelos militares pôs termo às relações assentadas no *tradicionalismo patrimonialista* da fase anterior. Por um lado, ao afastar os setores urbano-populares do sistema de poder, os militares teriam eliminado o trato manipulatório das massas típico da dominação populista. Isso abria caminho para uma modernização política que estivesse em compasso com a definição econômica do novo modelo de desenvolvimento. Por outro lado, a eliminação do tradicionalismo passava pelo deslocamento dos setores burgueses hegemônicos na fase populista – ligados ao nacional-desenvolvimentismo – em favor dos setores mais

internacionalizados da nossa burguesia. Esse movimento, juntamente à repressão e exclusão dos setores populares do sistema de dominação, abriu espaço para que a burguesia local mais “moderna” (ou seja, mais internacionalizada) pudesse se mover livremente pelo espaço econômico nacional. Neste processo, segundo Cardoso, foi possível costurar uma hegemonia política da burguesia brasileira sob o comando das frações associadas ao capital internacional (fossem elas privadas nacionais ou estatais), reconstituindo sua unidade “(...) em face de inimigos maiores, estes sim, antagônicos, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares” (*Ibid*, p.69).

A análise de Cardoso referente ao papel cumprido pelas burocracias tecnocratas no interior do sistema de poder explicita-se pela designação feita pelo autor de um novo estrato social: as chamadas “burguesias de Estado”, as quais teriam se formado em vista da necessidade de controle privado das grandes unidades produtivas estatais, agora em plena expansão e fortalecimento. De acordo com o autor, o papel dessa fração de classe não se limitaria às tarefas estritamente burocráticas, mas poderia ser definido por

“âmbitos de decisão [que] ultrapassam o quadro interno da empresa e cuja *política* (isso é decisivo) talvez permita a emergência de uma solidariedade de grupo e decorra de uma ideologia (o expansionismo estatal) que define objetivos relativamente autônomos para este setor de classe” (CARDOSO, 1975, p.17).

O regime político instalado no Brasil em 1964, caracterizado por Cardoso como um regime “burocrático-autoritário”, encontraria assim sua razão de ser

“(...) menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo” (*Ibid*., p.40).

Nesse contexto, segundo Cardoso, a posição que as empresas estatais ganharam em termos estratégicos permitiu que se constituísse uma “autonomia relativa” do Estado nos processos decisórios, limitando a ingerência dos grandes conglomerados multinacionais nas economias dependentes por meio da diversificação das origens dos capitais externos.

“O crescimento da Empresa pública e o fortalecimento da capacidade regulamentadora do Estado passam a ser encarados (...) como contrapeso à expansão da economia privada tanto nacional como estrangeira. O dinamismo simultâneo da Empresa Pública e da Empresa Privada, permitiu que os militares definissem sua política de defesa da Nação, sem que o empresariado se sentisse coibido economicamente, alicerçando as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos” (*Ibid*, p.180-181).

Era essa dinamicidade do “Estado-empresário”, segundo Cardoso, que conferia um caráter economicamente “revolucionário” ao regime militar brasileiro. No entanto, o perfil autoritário da aliança - evidenciado pela eliminação dos canais participativos das classes populares (sindicatos, partidos, associações, etc) e pela repressão de quaisquer manifestações políticas contrárias ao regime (inclusive as procedentes das classes médias) - imprimia-lhe cunho politicamente conservador, que deveria ser superado pela *democratização do sistema político*. Se o regime militar de 1964 logrou modernizar as

estruturas institucionais e o processo econômico da sociedade brasileira, afastando definitivamente o tradicionalismo do sistema de dominação, faltava-lhe o fechamento desse processo, através da “modernização democrática” dessas estruturas.

Aqui é importante ressaltar o entendimento que Cardoso tinha do processo de democratização. De acordo com o autor, esse processo deveria *completar* a modernização posta em andamento pelo regime militar, conformando-se ao padrão de desenvolvimento consolidado por esse regime. A democratização defendida não deveria passar por uma transformação do sistema político e econômico posto em prática pela ditadura, nem mesmo pela inclusão das massas no processo de desenvolvimento. Pelo contrário, como aponta Cardoso:

“(…) o problema político fundamental hoje é o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas (...) com um mundo que aparentemente *continuará sendo dominado pelas grandes burocracias*. (...) É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária” (*Ibid*, p.185, grifos nossos).

Esses contrapesos, na visão do autor, diziam respeito à necessidade de se “forçar a liberdade de informação” (*Ibid*, p.186) no nível das organizações políticas, garantindo que os direitos civis fossem respeitados apesar do regime político em vigor. Nesse ponto, Cardoso afirma que a democratização do sistema político requer responsabilidade individual, uma vez que nos regimes autoritários a rejeição do fundamento moral da responsabilidade individual tem levado “à irresponsabilidade dos funcionários, ao abuso do poder, à violência física, ao segredo de Estado, e à absorção dos atos de cada funcionário pelo Estado Autoritário, que é, por definição, irresponsável” (*Idem*) A democratização defendida, desse modo, deveria ser repensada a partir da “educação política” das burocracias que conformavam o sistema de poder, em vista da rearticulação de canais institucionais de pressão política que permitissem a livre expressão dos interesses das classes populares.

Mas quais seriam os sujeitos políticos do processo de democratização para Cardoso?

No entendimento do autor, a cisão no interior das classes populares entre uma grande massa “marginalizada” (que não conseguia se integrar ao sistema como assalariada) e uma pequena parcela de trabalhadores vinculados ao setor capitalista avançado, fazia com que fosse improvável a articulação da luta pela democratização a partir desses setores.

“A debilidade das tentativas feitas para buscar transformações no *status quo* por intermédio da mobilização das massas não integradas reside, por um lado, no caráter pouco estruturado dessas massas e em seu baixo nível de existência e de aspirações; de outro, as novas bases do desenvolvimento e da dependência provocam uma divisão entre os setores assalariados. Como assinalamos, os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado beneficiam-se com o desenvolvimento e, em certa medida, amortizam as pressões que vêm de baixo” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.136-137).

Dessa forma, a pressão política em favor da democratização, num contexto de dominação autoritário-corporativa, dependeria mais das contradições presentes no interior dos grupos conformados no poder do que de uma articulação oposicionista decorrente da união dos “de baixo”. Nas palavras de Cardoso (1975):

“(...) dificilmente haverá uma evolução linear e resultante do enfrentamento global entre Bloco de Poder, por um lado, e Oposição por outro. Mais provavelmente, segmentos do Bloco de Poder, visando reforçar suas posições *na luta interna* e visando cumprir parte das funções atinentes ao ‘interesse geral’, acabarão por, tática e tacitamente, estabelecer conexões com setores da Oposição e, quem sabe, a partir da dinâmica derivada desse realinhamento, surjam condições e recursos capazes para equacionar de outro modo o arranjo de poder prevalecente” (p.220-221).

Assim, o processo de democratização defendido por Cardoso previa uma articulação política “pelo alto” que excluía a participação das forças populares, a não ser enquanto coadjuvantes do processo. Nesse contexto, segundo Cardoso, adquiria fundamental importância a

“diferenciação das classes médias no sentido da constituição dos setores mais diretamente vinculados ao modo de produção capitalista-industrial. Essa última modificação inclui, naturalmente, a modernização da organização *que pode ser a ponta de lança da classe média nas barganhas políticas: a Universidade e seus institutos técnicos*, onde os quadros buscam o conhecimento especializado que lhes dá significado e importância na nova sociedade” (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.137, grifos nossos).

Era a partir da projeção política do quadro institucional universitário que Cardoso propunha a retomada da democracia, uma vez que este poderia vir a ser uma oposição compatível com as tarefas fundamentais da democratização: 1- a ativação política da sociedade por meio da garantia dos direitos civis dos indivíduos e 2- a construção de focos de opinião pública e núcleos de organização popular a partir da constituição de canais de livre fluxo de informações.

Donde podemos observar que a abertura política sugerida pelo autor tinha como eixo central a “necessidade de informação”, entendida como uma forma de elevar culturalmente as massas para a participação política e a auto-organização. A ponta de lança desse processo, segundo Cardoso, poderia dar-se a partir da classe média universitária comprometida com a construção desse processo educativo. Daí que o êxito da democratização dependeria, necessariamente, de uma “uma elite oriunda da base popular” (CARDOSO, 1975, p.85), por meio da qual fosse possível alterar as novas formas institucionais constituídas pela ditadura militar.

3 - O capitalismo dependente segundo Ruy Mauro Marini

Com o objetivo de especificar o que entendia ser fundamental na constituição do capitalismo dependente, Ruy Mauro Marini desenvolveu no ano de 1973 um ensaio intitulado *Dialética da dependência*, por meio do qual estabeleceu uma das mais importantes polêmicas com Fernando Henrique Cardoso. Retomando o conceito de dependência sob uma perspectiva analítica profundamente distinta, Marini evidenciou dois pontos essenciais: a identificação entre *dependência e subordinação* e sua necessária conexão com a *superexploração da força de trabalho* como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo.

Essa concepção, radicalmente oposta à de Cardoso e Faletto, lançava uma forma de análise que compreendia o “capitalismo dependente” como fruto da típica *desigualdade* gerada pela expansão do capitalismo internacional em relação à acumulação capitalista nos países centrais e periféricos. Partindo dessa constatação, a preocupação central de Marini

estava em estabelecer as leis específicas de desenvolvimento do capitalismo dependente, atentando para as diferentes formas assumidas por este, a depender do momento histórico analisado.

“frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre América Latina da noção de ‘pré-capitalismo’. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, *não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas*” (MARINI, 2005, p.138, grifos nossos).

Tratava-se de uma perspectiva teórica que, ao afirmar a reprodução desigual inerente ao desenvolvimento do capitalismo em âmbito internacional, evidenciava a posição *subordinada* ocupada pelas economias periféricas em relação aos países economicamente desenvolvidos.

Com base nessa constatação, Marini preocupou-se em situar historicamente a noção de *dependência*. Para o autor, a condição de dependência ter-se-ia constituído a partir da integração latino-americana ao mercado mundial no período do surgimento da grande indústria nos países centrais e da correspondente independência política conquistada por muitos países na América Latina. A consolidação de uma divisão internacional do trabalho com base na produção primário-exportadora pelos países periféricos e manufatureira pelos países centrais lançava as bases para a configuração da dependência, entendida como

“uma *relação de subordinação* entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (*Ibid.*, p.141, grifos nossos).

Como podemos observar nessa passagem, Marini concebia a dependência como uma relação subordinada dos países periféricos em relação aos países centrais. O tratamento teórico que o autor dava à noção de subordinação aparecia fundado nas relações de produção que se configuravam no interior das nações dependentes, em vista de sua inserção específica nas relações mercantis internacionais. Ou seja, estava na centralidade de suas análises compreender como o desenvolvimento geral do capitalismo internacional conformava relações de produção tão distintas quando se tratava de nações centrais e periféricas.

Para melhor entender essa desigualdade, Marini sustentava que o capitalismo dependente teria se organizado em vista da *função* específica desempenhada pela América Latina na dinâmica do mercado mundial. Esta função, segundo o autor, referia-se por um lado ao fornecimento latino-americano dos chamados “bens-salários” (alimentos) aos países centrais, o qual teria permitido o *rebaixamento do valor real da força de trabalho* nesses países. Isso possibilitaria que o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais se traduzisse em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas, à medida que era possível, a partir da diminuição do valor da força de trabalho, aumentar o tempo de trabalho excedente do processo produtivo. “Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (*Ibid.*, p.147). Por outro lado,

“o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável com relação ao do capital constante (que inclui as matérias-primas), ou seja, que *umenta a composição-valor do capital*” (*Idem*, grifos nossos).

Disso decorria, segundo Marini, o caráter fundamentalmente contraditório da inserção da América Latina na economia mundial, pois ao mesmo tempo em que garantia uma oferta regular de alimentos para os países centrais – proporcionando um rebaixamento no valor de sua força de trabalho -, atuava como um fator de elevação da sua composição orgânica de capital (mediante a oferta crescente de matérias-primas), o que provocava uma *tendencial queda da taxa de lucro* nestes países. Isso porque, tal como apontado por Marx, a taxa de lucro só poderia ser medida em relação ao total do capital adiantado no processo produtivo (salários, maquinaria, matérias-primas, etc), de modo que o aumento mais que proporcional do capital constante em relação ao capital variável tenderia a se expressar numa *queda da taxa de lucro*.

Tratava-se de uma contradição central de todo processo de acumulação capitalista, já descrita por Marx em sua obra *O Capital*. Mas o que Marini tentou mostrar em sua análise, mais que uma reprodução do que já havia sido dito, era a função desempenhada pela América Latina (e pelo capitalismo dependente de forma geral) neste processo. Desse modo, para compensar a tendencial queda da taxa de lucro nos países centrais, um dos mecanismos possíveis era indução de um *rebaixamento no valor do capital constante*, em especial das matérias-primas destinadas à produção industrial. O papel reservado à América Latina na oferta mundial de matérias-primas industriais cumpria exatamente essa função, contribuindo tanto para “a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também (...) para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (*Ibid.*, p.148). Se por um lado a oferta de bens-salário pelos países dependentes aguçava a tendência à queda da taxa de lucro nos países industriais (ao mesmo tempo que rebaixava o valor da força de trabalho nesses países, possibilitando o aumento da taxa de mais-valia), por outro a contrapartida criada pela oferta mundial de matérias-primas pela América Latina “resolvia” essa contradição, garantindo a *sustentação das taxas de lucro* através da diminuição do valor dessas matérias-primas.

Para Marini, a “resolução” dessa contradição central da acumulação capitalista não poderia realizar-se sem que despontassem outras contradições decorrentes do mesmo processo. Afirmar essa possibilidade seria aceitar que o modo de produção capitalista é capaz de superar suas próprias contradições. Não passou despercebido para o autor o fato de que a sustentação das taxas de lucro nos países centrais necessitava de um mecanismo específico no interior das economias dependentes capaz de compensar as perdas características da passagem ao capitalismo industrial naqueles países.

No âmbito das relações de mercado, a expressão mais empírica desse fenômeno “compensatório”, já apontada de forma rigorosa pelas análises cepalinas, referia-se ao

“(...) fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas tem sido acompanhado da *queda dos preços desses produtos*, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como o preço dos produtos industriais se mantém

relativamente estável, (...) a *deterioração dos termos de troca* está refletindo de fato a depreciação dos bens primários” (*Ibid.*, p.149, grifos nossos).

Tal depreciação, de acordo com Marini, não se explicaria em função de um suposto aumento de produtividade nos países não-industriais, uma vez que era justamente nesses países que a produtividade do trabalho se elevava mais lentamente (*Idem*). Ao mesmo tempo, era necessário considerar que a deterioração dos termos de intercâmbio decorria do *caráter estrutural* da exploração que tinha lugar no âmbito da economia internacional, sendo que as explicações extra-econômicas para as razões desse fenômeno acabariam por ocultar a natureza real de todo o processo.

A situação dos países latino-americanos nas relações de troca internacionais trouxe à tona mecanismos de transgressão das leis “equitativas” do intercâmbio, permitindo a realização de *transferências de valor* para os países mais industrializados. Enquanto na América Latina permanecia um sistema de produção de baixíssimo padrão tecnológico, a elevada produtividade do trabalho nos países centrais (e, portanto, sua alta composição orgânica do capital) possibilitava um deslocamento de valor em seu favor. Isso porque

“(...) o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem (...) permite que as primeiras *iludam a lei do valor*, isto é, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma *troca desigual*. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder *gratuitamente* parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (*Ibid.*, p.152).

A lei do intercâmbio desigual que assim se estabeleceu no comércio internacional garantiu a operação de mecanismos de transferência de valor das economias dependentes para as centrais, com base tanto no monopólio de produção quanto na maior produtividade do trabalho por parte desses últimos países[§]. Neste contexto, as trocas passaram a tomar por base o *preço de produção* (em detrimento do valor real das mercadorias), tendendo a estabelecer-se uma taxa média de lucro em nível internacional. Ao passo que as economias dependentes não se apropriavam de toda a massa de mais-valia que produziam (isto é, o lucro médio era inferior à mais-valia produzida), as economias industriais se apropriavam de uma massa de mais-valia maior que a que produziam (isto é, o lucro médio era superior à mais-valia), ocorrendo uma transferência de mais-valia das primeiras para as segundas^{**}.

[§] Vale ressaltar que esse fenômeno já havia sido enfaticamente apontado pelas análises da Cepal, em contraposição à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Para a Cepal, a deterioração dos termos de troca se devia ao confronto, no mercado mundial, entre países industrializados e países de economia primário-exportadora. Esses últimos, ao não desenvolver seu setor manufatureiro, não estariam habilitados a produzir tecnologias e meios de capital capazes de elevar a produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, a inexistência desse setor teria limitado a expansão da oferta de empregos, conduzindo a um excedente de mão-de-obra que dificultaria a elevação da produtividade do trabalho e dos salários. Seria essa, para a Cepal, a explicação para os baixos salários e para a restrição do mercado interno nas economias dependentes. Daí a defesa de que uma política de industrialização substitutiva para a América Latina (e o conseqüente alcance do progresso técnico) conduziria à superação da deterioração dos termos de troca e da situação de subdesenvolvimento.

^{**} Lembremos que o intercâmbio desigual é uma das formas possíveis de transferência de valor das economias dependentes para as centrais. Outras formas como as remessas de lucros e os serviços de pagamento da dívida externa cumpriam o mesmo papel, segundo Marini.

Internamente, afirmava Marini, a transferência de recursos para o exterior não poderia deixar de expressar contradições nos planos econômico e social. A rigor, a resposta das economias dependentes a essa perda, ao invés de recorrer à busca por uma elevação de sua capacidade produtiva (que implicaria um encurtamento da distância entre o valor e o preço de produção de suas mercadorias), recorreu ao incremento da massa de valor produzida, por meio de um *aumento da exploração do trabalhador*.

“O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (...), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação” (*Ibid.*, p.153-154).

Neste ponto, Marini chegava ao auge de sua análise, propondo que por detrás das relações mercantis desiguais (que já haviam sido observadas pela Cepal), existia um mecanismo de compensação no âmbito da *esfera produtiva* das sociedades dependentes. Ora, se a dependência externa impunha aos países dependentes profundas restrições ao seu processo de acumulação, à medida que exigia a transferência de valores aqui produzidos aos países de maior composição orgânica do capital, como seria possível explicar a acumulação capitalista que de fato operava nas economias dependentes?

Nesse ponto, Marini nos mostrava como as contradições próprias da esfera da circulação apareciam como a expressão fenomênica de uma contradição essencial na esfera produtiva interna. Num primeiro momento, a produção das economias exportadoras latino-americanas, subordinada que estava a “coadjuvar a acumulação de capital (...) nos países centrais” (MARINI, 2000, p.176), fez com que a realização do capital sob a forma dinheiro estivesse centrada nesses países, independentemente da capacidade de consumo interna às economias dependentes. Essa situação lançava as bases para a separação, no interior das nações latino-americanas, entre os dois momentos fundamentais do ciclo do capital: o momento da produção e o da circulação de mercadorias.

Tal separação fez com que a realização das mercadorias produzidas no interior das nações dependentes tivesse que se efetivar no âmbito do mercado externo, de forma que o consumo individual do trabalhador *não interferisse na realização do produto*, ainda que determinasse a taxa de mais-valia. Em consequência,

“a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo” (*Ibid.*, p.134).

O aumento constante da massa trabalhadora na América-Latina por meio de fluxos migratórios de trabalhadores europeus e de reservas de mão-de-obra indígena, até meados do século XX, garantiu a efetividade daquela hipótese, abrindo espaço para a compressão do consumo individual do trabalhador.

Daí que o recurso que os países dependentes lançaram mão para garantir uma taxa de lucro que compensasse as perdas no intercâmbio desigual foi o da *superexploração do trabalho*, entendida como uma modalidade de exploração da força de trabalho que, ao

combinar a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho, recorria à remuneração do trabalho abaixo de seu valor. Existiriam, em suma, dois elementos essenciais ao conceito de *superexploração do trabalho*: de um lado ele estaria associado a um aumento da exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade; de outro a remuneração da força de trabalho dar-se-ia por baixo de seu valor real, entendido este como a quantia relativa à reprodução das necessidades de sobrevivência do trabalhador^{††}.

De acordo com Marini, era a partir do recurso interno à *superexploração do trabalho* que a economia dependente poderia articular-se ao mercado mundial sem que isso se traduzisse em perdas catastróficas para as classes dominantes que se configuravam internamente. Mediante aquele “mecanismo compensatório” na esfera produtiva foi possível desenvolver no capitalista latino-americano expectativas de incremento de seus lucros e, conseqüentemente, expectativas de consumo interno sem contrapartida na produção que aqui se desenvolvia. É por isso que se tornou possível, a partir do dilaceramento dos trabalhadores latino-americanos, estabelecer uma “harmonia” nas relações econômicas internacionais, atendendo tanto às necessidades das economias centrais com respeito à exportação de matérias-primas e alimentos quanto às demandas de consumo das classes dominantes internas, por meio das importações de bens manufaturados europeus.

Essa conformação das economias dependentes configurou

“um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional” (MARINI, 2005, p. 156) ^{‡‡}.

^{††} Marini não identifica superexploração do trabalho e mais-valia absoluta: primeiro porque considera a intensificação do trabalho como uma das formas de produção da mais-valia relativa; segundo porque no caso da expropriação do tempo necessário por parte do capitalista, seriam afetadas as duas partes em que se divide a jornada de trabalho, e não apenas o tempo de trabalho excedente.

^{‡‡} Nesse ponto, Marini expressa sua completa divergência em relação tanto à interpretação de Cardoso quanto às análises cepalinas. Em seu texto *Las razones del neodesarrollismo*, em resposta a Cardoso e Serra, Marini mostra que o entendimento desses autores (e também da Cepal) referente às diferenças de difusão do progresso técnico nas atividades industriais e primárias explica-se “pela natureza dessas atividades”. Para Marini, explicar a dinâmica do progresso técnico nas diferentes esferas da produção passa necessariamente pela relação entre *trabalho vivo e trabalho morto*, aplicada à produção de matérias-primas e de alimentos, assim como à produção manufatureira. De modo que, desse ponto de vista, é fácil constatar que, nas primeiras, prima o trabalho vivo, enquanto na segunda, “se amplía la parte que cabe al trabajo muerto (materias primas y instrumentos de trabajo)”; o que permite entender a tendência das economias dependentes a repousar mais na exploração direta da força de trabalho, fazendo com que a acumulação dependa em maior grau dessa exploração na esfera da produção.

Nestas circunstâncias, o crescimento lento da produtividade na América Latina e as deficiências de sua organização produtiva – que se reproduziu sob a forma extensiva sem assimilar as tecnologias necessárias à efetivação da concorrência e à extração de mais-valia relativa – repuseram as diferenças entre os países latino-americanos e os europeus, reproduzindo complexamente as relações iniciais nas quais os primeiros apareciam posicionados de forma subordinada aos segundos. A *superexploração do trabalho*, neste contexto, aparecia como a única forma possível de manutenção ou aumento das taxas de lucro no âmbito das economias dependentes, constituindo “el principio fundamental de la economía subdesarrollada, con todo lo que implica en materia de bajos salarios, falta de oportunidades de empleo, analfabetismo, subnutrición y represión policiaca” (MARINI, 1975, p.8).

3.1 - O processo de industrialização e a reprodução ampliada da dependência.

Analizando o processo de industrialização das economias latino-americanas, especialmente a partir dos anos 1930, Marini procurou evidenciar a forma pela qual a dependência se reproduziu sob este contexto, apontando os laços de continuidade e de descontinuidade em relação ao período primário-exportador.

De acordo com Marini, o processo de industrialização brasileiro *não eliminou ou superou* as contradições econômicas presentes na fase agroexportadora, ao contrário, implantou-se e desenvolveu-se de forma comprometida com a separação entre produção e circulação internas. Isso porque, em seu início, “a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2005, p.166). De sorte que a industrialização seguiu até a II Guerra Mundial sem adquirir diversidade e proporção que a permitisse inverter aquela subordinação.

É somente no período posterior à II Guerra Mundial, com a rearticulação do imperialismo sob a hegemonia dos Estados Unidos e a transferência de capitais estrangeiros para as economias periféricas, que a indústria brasileira tornou-se o eixo do processo acumulativo interno, dando origem a um parque industrial baseado no moderno pólo da indústria internacional. Este processo, baseado na transferência das indústrias já existentes nos países centrais, acabou por reproduzir internamente o setor de produção de bens suntuários destinados ao consumo das esferas de mais alta renda da população.

Foi assim que o que antes se expressava numa separação entre a produção e a circulação internas passou a corresponder, na fase de expansão industrial das economias dependentes, à estratificação no interior mesmo do mercado interno, que era também uma diferenciação entre a “alta” esfera da circulação (própria das camadas não trabalhadoras e para a qual se destinava a produção dos produtos de luxo) e a esfera “baixa” (na qual participavam os trabalhadores e que o sistema se esforçava para restringir).

De acordo com Marini (2005),

“A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava um mecanismo específico de criação de mercado interno radicalmente diferente do que operava na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente” (p.167).

Enquanto nas economias capitalistas centrais a força de trabalho se constituiu como uma parte importante do mercado consumidor, fazendo com que o ritmo da acumulação estivesse em estreita consonância com a expansão do mercado, nas economias dependentes a indústria se formou com base num mercado consumidor restrito, não contando com o consumo popular como fator de dinamização de seu mercado interno. O rebaixamento do valor da força de trabalho nos países centrais, facilitado pela oferta latino-americana de alimentos, fez aumentar a parte do consumo dos trabalhadores dedicada à absorção de produtos manufaturados, conduzindo à expansão dos mercados internos. Na América Latina, ao contrário, a produção monopolista de bens suntuários não incluiu o consumo dos trabalhadores, mas nasceu para atender às exigências de mercado dos países centrais, tal como às demandas suntuárias dos setores de alta renda da população do país.

De sorte que, como afirmava Marini, o processo de industrialização latino-americano reproduziu sob outro patamar a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalho, uma vez que, nessas economias

“o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não sendo, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução dos salários mais além de seu limite normal” (*Ibid.*, p.172).

À medida que avançou o processo de industrialização, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, surgiu a necessidade de generalização do consumo de manufaturas, o que deu lugar a dois tipos de adaptação por parte das economias dependentes: “a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias” (*Idem*). Tal esforço, porém, longe de operar no sentido de uma mudança qualitativa na base de acumulação de capital, deslocando-a da superexploração do trabalhador ao aumento da produtividade do trabalho, foi alcançado mediante um mecanismo específico, qual seja: “o recurso à tecnologia externa, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho” (*Ibid.*, p.173).

O que tínhamos neste momento era uma nova hierarquização da economia capitalista internacional, agora interessada em aplicar seus recursos nas economias dependentes através de um fluxo de investimentos externos diretos destinados à indústria. A consolidação de um padrão mundial de desenvolvimento baseado na alta concentração do capital nas mãos das grandes corporações multinacionais lançou as bases para esse expansionismo, que viria a impulsionar o processo de industrialização das economias periféricas a partir da transferência de parte do parque industrial transnacional para o interior desses países. O propósito desses investimentos, segundo Marini, era a criação de novos mercados para a indústria pesada que se constituía nos países centrais, especialmente para os equipamentos e maquinários que já se haviam tornado obsoletos nestes países. Nesse sentido,

“A industrialização latino-americana corresponde (...) a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (...), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente” (*Ibid.*, p.175).

Era assim que a modernização tecnológica da indústria brasileira, subordinada que esteve aos ditames da acumulação de capital em escala mundial, reproduziu as condições anteriores de dependência, assentando-se sobre a compressão dos salários e a superexploração do trabalho. Isso porque, conforme apontava Marini, o avanço tecnológico restringiu-se ao setor produtor de bens suntuários, o qual reproduziu-se independentemente do consumo dos trabalhadores.

“Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado. A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e portanto de mais-valia – que da taxa de mais-valia” (*Ibid.*, p.177).

Nessa direção, o avanço do progresso técnico nas esferas mais “modernas” da nossa indústria, restrito ao setor produtor de bens suntuários, criou vários problemas de realização, só passíveis de resolução com a *interferência do Estado*. Este passou a subvencionar a importação dos bens de produção, além de facilitar o consumo de bens duráveis no sentido de dinamizar o mercado interno, favorecendo a transferência do poder de compra da baixa para a alta esfera de circulação. Isto implicou “rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda” (*Idem*), além da redução das aplicações tecnológicas dirigidas aos setores produtores de bens de consumo próprios da força de trabalho, os quais tendiam à estagnação, e mesmo à regressão. Nas palavras de Marini: “A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas” (*Ibid.*, p.178, grifos nossos)

Dessa forma, orientando-se para a compressão salarial e não estendendo aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários, a economia dependente brasileira e latino-americana não só exigiu um imenso exército de reserva, como restringiu a realização das mercadorias de luxo às altas classes sociais. Estas condições colocaram a necessidade de expansão dessa produção para o exterior, fazendo desdobrar-se novamente, ainda que sob uma base industrial,

“(...) o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e subregional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia agroexportadora” (*Ibid.*, p.179, grifos nossos).

Neste ponto, o conceito de *subimperialismo* adquiriu centralidade na obra de Marini, uma vez que era a partir do expansionismo econômico e político das nações mais desenvolvidas da América Latina (das quais o Brasil era a maior expressão) que as leis próprias da economia dependente podiam ser completadas. Aqui, a dimensão política do processo de consolidação do Brasil num centro tipicamente subimperialista ganhou significação, sendo que, como coloca Marini: “(...) la concreción histórica del

subimperialismo no es una cuestión meramente económica. La existencia de condiciones propicias a su desarrollo no asegura de por sí a un país su conversión en un centro subimperialista” (MARINI, 1975, p.XIX-XX)

Deste modo, o autor afirmava o papel determinante que o subimperialismo teria desempenhado no curso do processo político brasileiro no período da ditadura militar, enquanto uma resposta à crise que assolou o país entre 1962 e 1967 e à conseqüente intensificação da luta de classes decorrente deste processo. Mais do que isso, a ditadura militar com sua política subimperialista

“(…) es, por un lado, lo que garantiza una acumulación de capital basada en la superexplotación de las masas trabajadoras, tanto urbanas como rurales, y, por otro lado, la expresión de la hegemonía conquistada, gracias a la crisis, por los monopolios industriales y por el capital financiero nacional y internacional”. (MARINI, 1975, p.191).

Era por meio desse esquema que se possibilitou a *reativação da acumulação sob as bases da superexploração do trabalho*, num momento marcado pelos progressos dos trabalhadores em termos de conscientização e organização – os quais só poderiam ser suprimidos pelo uso da força. Nas palavras de Marini:

“La irracionalidad de la sociedad burguesa brasileña, que engendrara la dictadura de clase de 1964, la condujo finalmente a plantearse la supresión de sí misma y, retirando su dominación política del ámbito de la lucha de clases, a intentar transferirla a los cuarteles. Con ello, cayó el último velo que cubría el poder burgués, el cual exhibe ahora sin sombra de pudor lo que constituye su esencia: la fuerza”. (*Ibid.*, p.123).

Com isso, podemos compreender como a mobilização que Marini fazia do conceito de dependência enquanto subordinação se articulava com as especificidades políticas brasileiras, especialmente no momento em que tais especificidades foram ditadas pelo esquema subimperialista. Toda a política levada a cabo pelo regime militar brasileiro – acentuando o papel diretivo do Estado, operando um incremento nos gastos militares, reprimindo qualquer manifestação de massas e aderindo a uma política de “contenção dos salários, de restrição do crédito e de aumento da carga tributária” (MARINI, 2000, p.47) – obedecia “às exigências colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista brasileiro” (*idem*), traduzindo para a política o “fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros” (*idem*).

O arranjo político brasileiro iniciado em 1964, assim, era compreendido por Marini como uma necessidade política específica àquela conjuntura, na qual a burguesia brasileira, em aliança com as Forças Armadas e com o grande capital internacional, garantiu seu expansionismo em relação aos demais países da América do Sul. Podemos observar neste ponto que, para Marini, o regime militar só poderia ser entendido em sua conformidade com os ditames econômicos da dependência para a América Latina. Daí que sua idéia de democracia, diferentemente de Cardoso, expressava a necessidade de superação da condição de dependência latino-americana.

“En América Latina, hablar de democracia implica, como supuesto necesario, plantear el tema de su capacidad para autodeterminarse, es decir, de fijarse sus metas en libertad, atendiendo primariamente a las exigencias de sus pueblos. Es, pues, evocar el tema de la dependencia en que se encuentra la región en el plano del capitalismo internacional, y conduce, por ello mismo,

a entender la lucha por la democracia en tanto que lucha de liberación nacional” (MARINI, 1985).

4- Considerações Finais

Na presente comunicação nosso intuito foi resgatar alguns elementos do debate Cardoso-Marini, especialmente no que se refere ao entendimento que estes autores tinham do que deveria ser o desenvolvimento e a democracia para a América Latina no decorrer dos anos 1970. Vimos que, na concepção de Cardoso, o caráter dependente do capitalismo latino-americano não constituiu um entrave ao seu processo de desenvolvimento; pelo contrário, tornou-se uma das formas possíveis de expansão e modernização econômicas no contexto de dependência. Partindo do exame sobre as possibilidades de crescimento econômico das sociedades latino-americanas no contexto de dependência, Cardoso chegou a um novo entendimento daquilo que deveria constituir o problema do *desenvolvimento*. Se a compreensão desta problemática pelas esquerdas ao longo das décadas de 1950 e 1960 encerrava uma identificação com a questão do *desenvolvimento nacional*, ou seja, se se supunha que o problema central enfrentado pelas sociedades latino-americanas era alcançar um desenvolvimento econômico capaz de lograr uma melhoria nas condições de existência da população de cada país, Cardoso tratou de modificar esse entendimento, passando a considerar como uma possibilidade *positiva* de desenvolvimento a obtenção de índices elevados de crescimento econômico, ainda que sob um padrão social dependente, excludente e desigual. Esquivando-se de uma crítica radical ao capitalismo dependente e apostando na possibilidade de avançar na resolução dos problemas sociais através de uma democratização “pelo alto”, Cardoso fechou sua concepção política, travando uma contraposição pesada àqueles setores da esquerda que defendiam uma “revolução contra a ordem”.

Marini, por outro lado, partindo de uma definição radicalmente diferente do caráter da dependência latino-americana, procurou resgatar a noção de *desenvolvimento nacional*. Para ele, somente por meio da superação da dependência e da inclusão da classe trabalhadora no processo de desenvolvimento é que se poderia pensar uma real democratização. Ficou clara a idéia de Marini de que o capitalismo, em sua versão dependente, não poderia abrir qualquer espaço para a participação das classes trabalhadoras no processo de desenvolvimento, o que imprimia à dominação burguesa no Brasil um cunho altamente anti-social. A conclusão política a que conduzia esta análise era bastante clara: frente à incapacidade das burguesias dependentes em realizar avanços democráticos mínimos deveriam responder as próprias classes trabalhadoras com um projeto socialista.

Bibliografia

- BASTOS, E. R.; ABRUCIO, F.; LOUREIRO, M. R.; REGO, J. M. (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros – entrevista com Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: 34, 2006.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. “As desventuras da dialética da dependência”. In: *Estudos Cebrap*, n.23, 1978.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- _____. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: FURTADO, Celso et alli. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- _____. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *As idéias e seu lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CHILCOTE, R.; EDELSTEIN, J. *Latin America: the struggle with Dependency and Beyond*. Londres: Schenkman Publishing Company, 1974.
- COTRIM, I. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- D’AVILA FILHO, P. M. “Prefácio”. In: VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. *A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- FALETTTO, E. “Los años 60 y el tema de la dependencia”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.33, pp.109-117, maio, 1998.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIANNOTTI, J. A. “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. *Revista Brasiliense*, n.29. São Paulo, 1960.

_____. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, n.50, São Paulo, 1998.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEHMANN, D. “Fernando Henrique Cardoso: da dependência à democracia”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.14, 1986.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F.: Siglo Veintiuno editores, 1975.

_____. “La lucha por la democracia em America Latina”. *Cuadernos Políticos*, n.44, Ediciones Era, México, julio-diciembre 1985, pp3-11.

_____. *Dialética da dependência* – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PARCKENHAM, R. A. *The dependency movement – scholarship and politics in development studies*. Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAGO FILHO, A. “O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da Analítica Paulista: o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti”. In: *Anais do IV Colóquio Marx e Engels* – CEMARX. Campinas: 2005.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil – De Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SADER, E. “Nós que amávamos tanto *O Capital*”. In: *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, n.1, São Paulo, 1996.

SALLUM JR., B. “Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo”. In: *Política e Sociedade*. Florianópolis, v.1, n.1, 2002.

SANTOS, T. *A Teoria da dependência – Balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHWARZ, R. “Um Seminário de Marx”. In: *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

TRASPADINI, R. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.